



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/08/2016 - Convergência Digital

Engenharia social: o inimigo está mais perto do que se pensa

As ameaças internas têm sido um pesadelo para o gestor de segurança. Em apenas um ano, diz o Gartner, houve um crescimento de 70% na ocorrência de ataques internos aos ambientes corporativos. "Os chamados insiders, que são os próprios trabalhadores, estão sendo recrutados pela dark web", apontou Avivah Litan, vice-presidente e Analista Emérita do Gartner, em evento sobre Segurança da informação, realizado nesta terça-feira, 02/08, em São Paulo.

De acordo com a executiva, a violação de dados nem é o ponto central da ação nociva. "Muita corporações têm nos dito que as pessoas são mais motivadas por estarem desapontadas ou irritadas com a empresa do que pelo desejo de roubar ativos", afirmou. O grande problema, adverte a analista do Gartner, é que os insatisfeitos estão até a Dark Web para vender ou oferecerem seus serviços gratuitamente.

Estudo do Gartner mostra que, além da engenharia social, as empresas estão lidando com os desafios da Transformação Digital: a necessidade de ser rápido para ficar competitivo. Segundo a consultoria, até 2020, cerca de 60% das empresas irão falhar por não conseguirem administrar as brechas existentes em suas companhias. Por conta disso, os modelos de segurança não devem ser centralizados em prevenção, mas em resiliência e resposta a incidentes.

"As organizações não são boas em detecção, pois levam em média 205 dias para mapear uma ameaça. Por essa e outras razões, devemos melhorar a forma como vamos responder ao evento, minimizando o impacto para a corporação", explica Avivah Litan. O ponto controverso da

política de combate à engenharia social é o monitoramento do comportamento de funcionários.

De acordo com o Gartner, o uso de ferramentas baseadas em análise de dados pode detectar até 80% das atividades "estranhas"

dentro da corporação, auxiliando empresas a descobrirem possíveis sabotagens internas através de monitoramento de e-mails ou chats, por exemplo.

A fronteira é tênue e o Gartner admite que é necessário trabalhar com o suporte do departamento jurídico. Isso porque a interceptação de mensagens tem visão legal distinta em diferentes países. Nos Estados Unidos, depois de Edward Snowden, as empresas se voltaram para a análise comportamental. Avivah Litan cita um banco de investimento de Nova York que faz a análise das mensagens dos seus funcionários para evitar o vazamento de dados confidenciais.

"Essa política precisa ser muito transparente", observa a analista. "No Brasil, a lei proíbe a interceptação de mensagens de usuários, mas se a mensagem está dentro da infraestrutura da empresa, ela pode consultar o jurídico sobre como atuar sobre a informação e como usar recursos para analisar o dado", completou Claudio Neiva, Diretor de Pesquisa do Gartner.





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/08/2016 - Convergência Digital

Governo sofre baixa em indicação na Telebras

A mudança no Conselho de Administração da Telebras, aprovada em 21/7 último, teve uma primeira baixa. O secretário de telecomunicações do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, André Borges, não está mais como um dos conselheiros, pois a nomeação fere o estatuto social da estatal.

A estatal comunicou à Comissão de Valores Mobiliários sobre a “não nomeação” de Borges. A indicação foi questionada por um dos conselheiros “demissionários”, Flavio Lenz, do extinto Ministério das Comunicações, sob alegação de que dos três indicados pela pasta, um nome precisa ser independente.

Segundo a gerência jurídica da estatal, “assiste razão no que concerne à formação do Conselho de Administração. Nos estritos termos do que preconiza o art. 27, I do Estatuto Social, o Conselho de Administração será composto por 3 indicados pelo Ministério das Comunicações, sendo um representante indepen-

dente, entendendo ser independente ao Ministério, vinculado às áreas de telecomunicações, inclusão digital ou internet, com notório conhecimento, experiência e destaque em assuntos relacionados às atividades da Telebras.”

Ainda segundo o jurídico da Telebras, dessa forma a reunião do Conselho em 21 de julho deixou de apreciar a nomeação de conselheiro independente. “Em razão das considerações do senhor Flavio Lenz, foi acolhida a sua manifestação, sendo excluída da pauta a aprovação pelos Conselheiros da nomeação do senhor André Muller Borges para o exercício do cargo de Conselheiro de Administração.”

Como resultado, fica mantido como conselheiro independente o presidente do NIC.br e membro de notório saber do Comitê Gestor da Internet, Demi Getshko.

01/08/2016 - Observatório de Imprensa

A crise vista de fora

Nas semanas anteriores ao encaminhamento do pedido de impeachment pela Câmara dos Deputados, instalou-se nas redes sociais o discurso de que jornais estrangeiros denunciavam um golpe de Estado no

Brasil. A história confirmava a versão do governo de Dilma Rousseff para os fatos. Não é possível dizer se foi plantada por uma agência publicitária ou se surgiu espontaneamente. Mas as redes funcionam bem para distribuir publicidade com cara de notícia. Informação nelas corre rápido e não há nenhum filtro de qualidade. Em plena crise, ambos os lados abusaram delas. Diferentemente da versão



que emplacou, a imprensa estrangeira não viu golpe.

Para construir a tese de forma convincente, os autores aproveitaram-se da confusão entre notícia e opinião. Notícia vem do trabalho de repórteres que buscam

relatar os fatos. Opinião é outra coisa. Há editoriais (a opinião do jornal), colunas (pessoas que o jornal contrata para manifestar sua opinião com frequência) e artigos avulsos. A divisão é logo reconhecida por leitores experientes do impresso, mas não é clara quando textos são distribuídos por links avulsos para sites.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Um dos artigos mais citados foi “A razão real que [sic] os inimigos de Dilma Rousseff querem seu impeachment”, publicado pelo jornal britânico The Guardian. Assinado pelo brasileiro David Miranda, o texto questiona as razões da oposição, ataca a grande imprensa, mas não chega ao ponto de afirmar que havia um golpe em curso.

Envolvimento dos deputados

Miranda é casado com o jornalista Glenn Greenwald, que concedeu entrevista à principal correspondente internacional da CNN, Christiane Amanpour. No vídeo, distribuído como “denúncia da CNN”, ele afirmou que “plutocratas veem uma chance de se livrar do PT por meios antidemocráticos”. Citou o extenso envolvimento de deputados, a começar pelo presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha, com escândalos de corrupção. Mas, mesmo quando questionado diretamente, evitou o termo “golpe”. Americano, Greenwald vive no Brasil e é um premiado e respeitado jornalista que se especializou na difícil relação entre direitos civis e tecnologias digitais.

A opinião de um casal, portanto, foi o carro-chefe da tese de que a imprensa estrangeira via golpe. Mesmo que nem eles próprios afirmassem isso. O Guardian, jornal que publicou o artigo de Miranda, se manifestou em editorial, publicado com o título “Uma Tragédia e um escândalo”. Nele, aponta os que considera responsáveis pela crise em que nos encontramos: “transformações da economia global, a personalidade da presidente, o PT ter abraçado um sistema de financiamento partidário baseado em corrupção, o escândalo que estourou após as revelações, e uma relação disfuncional entre Executivo e Legislativo”. Não poupa o Congresso, não fala em golpe.

Outros órgãos importantes se manifestaram por editoriais.

O do Washington Post começa assim: “A pre-

sidente brasileira Dilma Rousseff insiste em que o impeachment levantado contra ela é um ‘golpe contra a democracia’. Certamente não o é”. A partir daí, desanca tanto o Executivo quanto o Congresso. O único elogio que os editorialistas conseguem fazer ao país é que, no fundo, “esse é um preço alto a pagar pela manutenção da lei – e, até agora, essa é a única área na qual o Brasil tem ficado mais forte”.

A revista The Economist também opinou. “Em manifestações diárias, a presidente brasileira Dilma Rousseff e seus aliados chamam a tentativa de impeachment de golpe de Estado.” E segue: “A denúncia de golpes tem sido parte do kit de propaganda da esquerda”. O tom é esse.

Pouca atenção ao outro lado

O editorial do francês Le Monde, “Brasil: este não é um golpe”, suscitou críticas do ombudsman, Frank Nouchi, que o considerou pouco equilibrado. Para ele, os editorialistas não levaram em conta o outro lado e passaram batido, por exemplo, pelos escândalos de Cunha. Nouchi citou, também, um relatório crítico à distribuição de concessões de rádio e TV assinado pela ONG Repórteres sem Fronteiras. Apostando que ninguém leria o relatório, a observação foi abraçada como indício de que o Monde criticava a imprensa. A crítica do relatório, porém, é ao fato de que políticos demais são donos de concessões que lhes garantem poder local.

A cobertura estrangeira não é maniqueísta e nenhum dos editoriais de grandes veículos é superficial. Todos veem a estrutura política brasileira derretendo. E nenhum compra a ideia de que há um golpe em curso.

**

Pedro Doria é colunista dos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo e da rádio CBN.

03/08/2016 - Vermelho

Recorde no petróleo, no pré-sal: tem ideia do que estamos entregando?

A Agência Nacional do Petróleo divulgou o relatório de produção de petróleo e gás no Brasil. (anexo abaixo). Foi a maior produção da história: 3,21 milhões de barris diários de óleo equivalente por dia (petróleo + gás), uma alta de 3% sobre a produção maio e de 7,1% sobre junho do ano passado.



ção, o que é nada.

Para comparar: o Brasil demorou 58 anos (de 1939, com o poço de Lobato, na Bahia, até 1.997) para produzir um milhão de barris de petróleo por dia. E quando chegou lá, só 16 países no mundo estavam no "Clube do Milhão de Barris".

É isso o que estamos entregando e é

Por Fernando Brito, no Tijoloço

Quase a totalidade vinda da produção do pré-sal, que atingiu 1,24 milhão de barris diários.

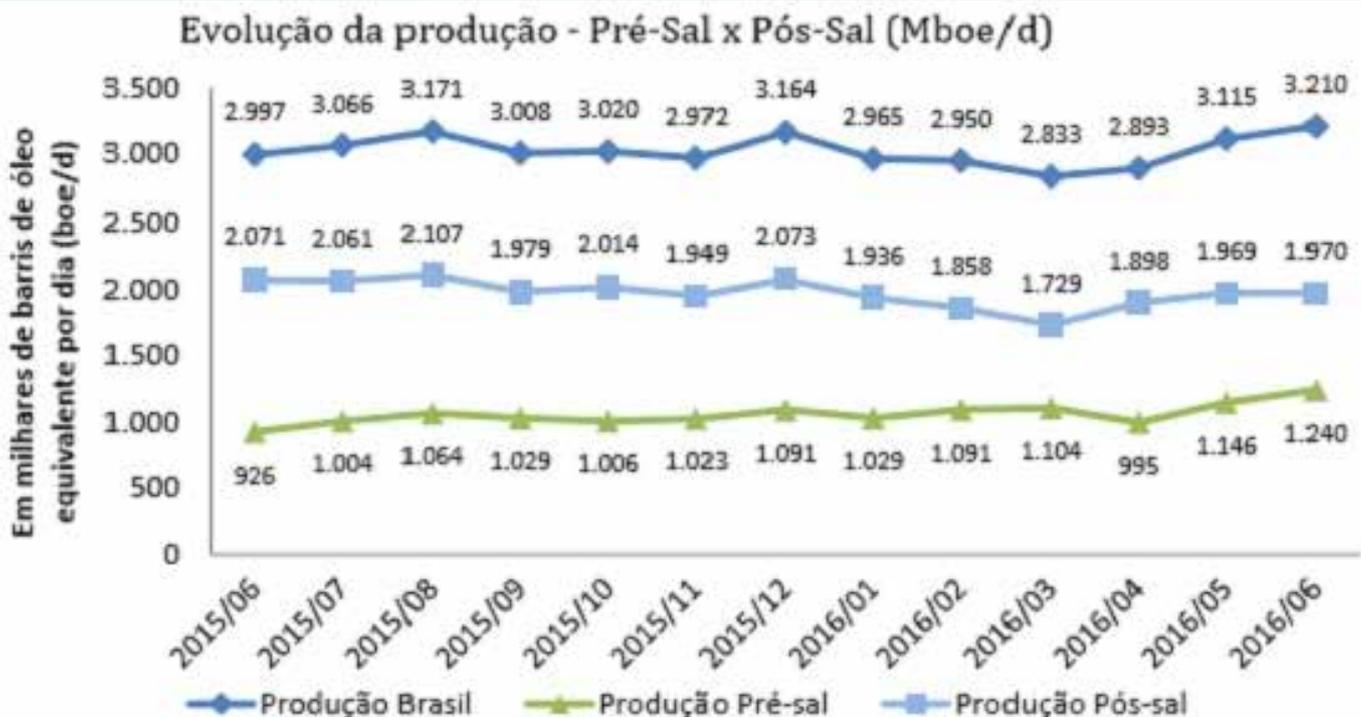
Aumento de 8,2% em relação a maio e recorde: 1 milhão de barris de petróleo e mais o equivalente a 240 mil barris em gás, a cada dia.

38% de tudo o que o Brasil produz, numa área que não completou ainda 9 anos do início da explora-

ainda mais o que vamos entregar.

Depois da venda da jazida de Carcará, prepararam-se para vencer Júpiter, ao lado do maior campo do pré-sal, o de Lula, que responde por 662 mil barris por dia, mais de 20% de toda a produção nacional.

Este é o tamanho do crime que estão cometendo contra o Brasil.



2 de agosto de 2016 - Altamiro Borges

A Lava-Jato e o Photoshop dos fatos

A politização do noticiário e da justiça criou o fenômeno conhecido da duplalinguagem. Há uma realidade de fato, mas que não pode ser descrita nas narrativas públicas, por pudor, modéstia e para não explicitar o fracasso do modelo democrático brasileiro.

Como no realismo latino-americano, há um cadáver no meio da sala, mas toda a família conversa normalmente, como se o morto ainda vivesse. De acordo com nossa tradição beletrista, não existem fatos que uma boa retórica não possa retocar. A retórica é o photoshop dos fatos.

A Lava Jato atua como um poder imperial. Montou alianças com a mídia e com partidos, logrou conquistar a opinião pública e ganhou todo o espaço possível para exercitar seus poderes. Isto é fato.

Procuradores e o juiz Sérgio Moro fazem questão de testar periodicamente os limites desse poder. Substituíram o modelo anterior, a profusão de recursos dos quais se prevaleciam os grandes escritórios de advocacia, por um poder autocrático, no qual são abolidos princípios fundamentais de direito.

Mas obviamente não podem admitir que se tornaram poder imperial.

Toca, então, a se valer de recursos de retórica para explicar que o que estão fazendo não é bem aquilo que todos sabem que estão de fato fazendo. Como, por exemplo, manter suspeitos em prisão temporária pelo tempo que for necessário, até que sejam convencidos a aderir às delações premiadas.

Tome-se o caso do casal João Santana. Nove meses



de prisão temporária. Bastou se curvar às imposições e aderir à delação premiada que a Lava Jato quer - não é qualquer delação - para imediatamente ser solto.

Há uma relação óbvia de causa e efeito, não? Segundo a Lava Jato, não.

Segundo a matéria do Estadão, "o advogado explicou que as solturas não têm relação com os depoimentos de delação premiada dos dois, mas com o fato de o juiz ter entendido que não há mais razões para manter a prisão preventiva, uma vez que estão colaborando". E aí dos clientes, se o advogado ousar interpretação menos digna para a soltura.

Pelas redes sociais, bravos procuradores se esmeram em divulgar estatísticas mostrando que a maior parte das delações foi feita com os delatores em liberdade. Logo, não haveria coação.

Faça 50 prisioneiros. Fuzile os 10 primeiros que se recusaram a colaborar. As colaborações dos restantes serão espontâneas? Pela nova linguagem brasileira, absolutamente espontâneas.

Então, fica combinado o seguinte: a Lava Jato ganhou o poder de prender quem quiser do lado de lá; de poupar os do lado de cá. Por méritos próprios pode prender quem quiser, incluir nas delações os nomes de quem ousar criticá-la, processar os recalci-trantes.

Mas que se assumam como vitoriosos. Não precisam mais esse cuidado de informar aos poucos que o estado de direito subiu no telhado. Todos sabem que já despencou.